

Política Externa da UE - Definição do 'Smart Power' europeu

Iniciativa Política

Relativa ao *Mapa Europeu de Políticas*, Desafio '+1' – Reforma da UE

Posição no MEP: O conteúdo da alteração proposta deve ser acrescentado ao MEP, na página 240, Parte V: "Reforma da Política Externa e da Política Europeia de Vizinhança".

Visão geral da política externa do Volt

1. O argumento a favor de uma política externa europeia

A União Europeia está cada vez mais perto de se assemelhar a um estado federal: tem um órgão executivo, um parlamento, um banco central, uma forte burocracia, e uma capital. No total, os países da União Europeia totalizam 450 milhões de pessoas, estão em segundo lugar em despesas de defesa, e ostentam o maior mercado único do mundo. A nível interno, a visão do Volt sobre a UE elabora um processo pelo qual a UE é um farol de paz e prosperidade democrática, transitando de uma entidade passiva para algo mais significativo. Embora esta visão tenha implicações globais, ela preocupa-se em grande parte com os assuntos internos da UE. Este documento procura mudar isso. A falta de uma política externa unificada dificultará a visão do Volt de uma União Europeia reforçada. A UE não deve fugir à oportunidade de criar um ambiente internacional mais favorável para si própria e para os seus aliados.

** Quando se refere à política externa, ao longo deste texto, entende-se tanto em termos da política externa mais ampla, que inclui o alinhamento comercial e regulamentar, como da política externa num sentido mais restrito, ou seja, relações diplomáticas e declarações de política externa. Esta distinção é particularmente importante no contexto da UE, onde a representação externa da União está dividida entre o SEAE e a Comissão.

a. Diplomacia pacífica: Uma Tradição Europeia

A diplomacia moderna tem raízes profundas na história europeia. Já em 1455, cidades-estado do norte de Itália, como Milão, enviaram aristocratas para França. A partir da Renascença, o sistema de envio de delegados permanentes para países estrangeiros tornou-se uma prática comum em toda a Europa. Após a Revolução Francesa, em vez de membros da Família Real, cidadãos comuns foram enviados pela Première République para fazer a ligação com outros estados. Desde então, a diplomacia tem crescido de forma mais profissional e inalienável nas relações internacionais.

O culminar do trabalho diplomático veio após a derrota de Napoleão em 1815 no Congresso de Viena, onde foi estabelecido um sistema diplomático internacional. Após a II Guerra Mundial, o mundo compreendeu que a capacidade negocial era crucial para a

manutenção da paz. Por conseguinte, após a formação da UE, a Europa continuou a sua forte tradição diplomática e forjou uma paz duradoura no nosso continente. Desde a fundação do SEAE em 2010, uma política externa única da UE administrada por agências e instituições da União Europeia é uma possibilidade real. Richelieu, Talleyrand e Genscher, para citar alguns, são nomes históricos na diplomacia europeia; o nosso objetivo é acrescentar mais alguns.

b. Doutrina Única

Chegou o momento de criar uma política externa coerente e abrangente que diga respeito a todos os Estados-membros da UE. O Volt prevê uma comunidade europeia de união política e de vitalidade económica dotada de autonomia. Alcançar tal proeminência global implica assumir as responsabilidades de Estado a uma escala até agora desconhecida para a UE. À medida que a influência global da União Europeia se expande, as nossas questões e interesses abrangerão uma área geográfica maior. Crises e ameaças exigirão uma resposta convincente e atempada apoiada pela união resoluta dos seus membros. Isto exige uma política externa previamente definida que adira e projete os valores europeus no estrangeiro.

i. Um objetivo comum

Precisamente devido à longa história da Europa, diversidade e posição entre continentes, cada Estado-Membro e cada nação tem relações de legado, tradições e lealdades naturais. Precisamos de encontrar formas de soldar tudo isto num propósito comum e na compreensão das nossas necessidades como cidadãos unidos. Isto exigirá a adaptação dos laços culturais e históricos e o reconhecimento dos interesses interligados entre nós.

Nas circunstâncias atuais, em que a UE ainda não tem a sua própria política externa, acreditamos que os princípios orientadores adiante indicados devem ser seguidos pelos estados membros na sua política externa. No entanto, a unificação da União Europeia sob uma única política externa é uma prioridade imediata para assegurar que os atores da UE falam a uma só voz.

ii. Reforma Institucional e Políticas Regionais

A complexa transição para uma União Europeia unificada encontrou instituições e líderes da UE que respondem de forma retroativa às crises, em vez de criarem políticas que antecipem possíveis exigências. No caso da política externa, o Volt procura determinar quem são as autoridades responsáveis, em que circunstâncias estão habilitadas a agir e que poderes exercem. Este documento irá investigar os papéis da Comissão, do Serviço Europeu de Ação Externa Serviço (SEAE), do Parlamento e do Conselho nos assuntos externos da UE. O objetivo é evitar a confusão *post-factum* e, em alternativa, fornecer um quadro de atuação para uma ação decisiva.

Esta doutrina orientará também a tomada de decisões e a resolução de problemas no seio do dispositivo de política externa. Para o fazer, é necessário definir os interesses da UE nas várias regiões geográficas. Isto evitará

ineficiências do passado que impediram uma ação decisiva enquanto um único organismo. Para ser claro, a política externa do Volt não procura prescrever soluções concretas para questões que são sensíveis ao tempo, polarizantes e/ou insatisfatórias, ou vagamente relevantes para os interesses da UE. É de importância vital que a política externa promova uma abordagem sistemática e um processo de entendimento que seja aplicado apenas quando necessário.

c. Postura de Equilíbrio com Competência e Sentido de Oportunidade

É necessário compreender as implicações e a viabilidade da UE enquanto ator global. Neste momento, a União Europeia não opera concertadamente no palco mundial e, por conseguinte, não adota medidas políticas eficazes que respondam de forma abrangente às necessidades da União. Em vez disso, numa série de acordos bilaterais, os estados-membros promovem de forma individual os seus próprios interesses, prejudicando consequentemente a unidade externa da união.

Simultaneamente, a UE é limitada a produzir uma influência concreta na sua vizinhança regional. A longo prazo, o Volt prevê que a UE atue num esforço coordenado a uma escala global e, assim, consiga projetar a sua influência de forma mais eficaz no sentido de promover os direitos humanos, o multilateralismo e os valores democráticos.

Com base na relevância temporal desta doutrina, a UE será considerada não só como mediador, mas também como uma grande potência. Idealmente, o equilíbrio entre estes papéis será alterado ao longo do tempo. A UE é uma força global em ascensão e o seu poder crescente acabará por impedi-la de, simultaneamente, solucionar problemas de forma neutral e procurar satisfazer os seus interesses geopolíticos. Ao considerar a atual (falta de) política externa da UE, e no contexto da visão do Volt para a UE (Exército Europeu, governo federal, potência económica, etc.), esta dupla razão de ser é possível no contexto deste sistema.

O Volt tem uma estratégia ambiciosa de reforma que, ao longo dos anos, procura proporcionar à Europa mudanças sociais e institucionais de grande alcance. Naturalmente, é necessário basearmo-nos nas atuais circunstâncias e capacidades da UE. Por conseguinte, a política externa do Volt desenvolver-se-á de forma crescente. Esta política externa procura equilibrar o atual panorama com uma visão mais ampla de uma Europa mais poderosa. Como tal, este é um documento dinâmico, construído para se adaptar ao longo do tempo e orientar a política futura.

Por exemplo, quando a UE considera que os seus interesses não estão ameaçados (ou seja, pode razoavelmente assumir uma posição neutra) e que são possíveis avanços significativos no sentido da paz, estará aberta a agir como mediador. Por outro lado, à medida que as capacidades se expandem e as situações evoluem, a UE pode já não considerar aconselhável agir como mediador, podendo antes participar como parte interessada. Tais possibilidades serão consagradas na política externa do Volt.

No seu estado atual, a UE observa um conjunto limitado de interesses globais e é igualmente incapaz de apoiar as suas iniciativas de "*soft power*" com "*hard power*" por todo o mundo. À medida que as nossas capacidades evoluem, a UE aplicará uma doutrina de poder inteligente, ou seja, uma combinação do uso da força do "*hard power*" com a persuasão do "*soft power*". Assim, encontrando-nos no início do referido processo contínuo, a política externa do Volt irá definir os casos em que a mediação é preferível à

intervenção. Esta política incluirá uma compreensão histórica e cultural do papel moderno da Europa na mediação e na diplomacia pacífica. Ao desenvolver ainda mais a sua política, o Volt irá considerar como, ao longo do tempo, prevemos o desenvolvimento das instituições centrais para apoiar uma política externa robusta que projete a força e os valores europeus no estrangeiro.

Princípios Estabelecidos Anteriormente

O MEP fornece um ponto de partida na medida em que esboça que os princípios que devem orientar a política externa do Volt são os seguintes - atualmente não ordenados de nenhuma forma particular:

- Direitos Humanos
- Segurança Europeia
- Compromisso com o Multilateralismo
- Ajuda Internacional
- Proteção Ambiental e Clima

À medida que esta proposta progride, através da aprovação deste documento, pedimos à AG que reafirme o seu apoio a estes princípios como orientadores máximos da Política Externa do Volt.

Smart Power

Para além do acima exposto, queremos lançar o conceito de "*smart power*". Essencialmente, trata-se do equilíbrio entre o *hard* e o *soft power*. É certo que a maior contribuição da UE para a arena mundial até agora tem sido o seu *soft power*, mas a sua principal fraqueza continua a ser a falta de *hard power*. Para evitar os erros históricos de outras superpotências, é importante que encontremos um equilíbrio entre o *hard* e o *soft power* nas relações internacionais. Temos de ser categóricos no apoio ao que está certo, não devemos ceder ao bullying internacional e, evidentemente, nunca devemos ser agressivos nem intervencionistas desordeiros. A paz e a estabilidade são uma prioridade, tal como a minimização do sofrimento internacional. Tendo isso em mente, esforçamo-nos por manter o perfil de *soft power* que se tornou a imagem de marca da UE, enquanto desenvolvemos de forma consciente e estratégica as suas capacidades de *hard power*.

Também deve ser salientado que o famoso *soft power* da UE é, por si só, insuficiente. A UE deve ser um interveniente na política externa, com todos os instrumentos necessários que lhe são fornecidos.

Próximos Passos e Trabalho Futuro

Futuramente, pretendemos desenvolver o quadro da política externa do Volt segundo duas linhas principais - reforma institucional e desenvolvimento de políticas de aplicação regional. No centro desses trabalhos, ambos significativos por si só, está o desenvolvimento do que consideramos ser a maior contribuição deste documento para a política externa do Volt: o

conceito de "*smart power*".

a. Reforma Institucional

O Volt fala muito sobre a reforma da União Europeia. Certamente, à medida que avançamos no desenvolvimento da nossa política externa global, é crucial que dediquemos tempo suficiente para considerar como as diferentes instituições existentes serão afetadas pela nossa proposta e como gostaríamos de as reformar para melhor podermos trabalhar em prol dos nossos princípios orientadores. Para já, identificamos as seguintes instituições para consideração posterior:

- Comissão
- Parlamento
- Conselho
- SEAE
- Tratados em vigor

b. Políticas Regionais

À medida que nos vamos desenvolvendo, é também importante notar que o Volt deve considerar estratégias e abordagens bem pensadas de política externa para regiões específicas. Esta lista não é exaustiva, mas propomos que, de futuro, a política externa do Volt - seja ela mais geral ou mais individual - nos permita posicionarmo-nos nas seguintes regiões:

- África Subsariana
- Ásia-Pacífico
- Sudoeste Asiático
- Ásia Central
- Médio Oriente e Norte de África
- América Latina
- América do Norte

Título Original: *EU Foreign Policy - Defining
European 'Smart Power'*

Aprovado em Assembleia-Geral do Volt Europa
como Iniciativa Política
Outubro de 2020

Tradução do inglês a cargo do Volt Portugal
Janeiro de 2021

©Volt Europa A.I.S.B.L.
Todos os direitos reservados